

O novo Enem e o sistema de seleção unificada

Por Maria Clara Rabelo e Patrícia Batalha

Nos dias 3 e 4 de outubro deste ano, pelo menos 4 milhões de alunos do ensino médio nacional enfrentarão mais um desafio no ingresso à universidade. Trata-se do novo formato do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A prova que, originalmente, representava uma pequena parcela da pontuação dos candidatos nos vestibulares, poderá se tornar uma seleção unificada nas universidades federais. A regra ainda não é válida na maior parte das instituições particulares e estaduais, onde a pontuação continuará sendo utilizada como nos anos anteriores. Nas universidades federais, que têm autonomia para decidir sobre seu processo seletivo, a adoção do exame como forma de avaliação única ainda não é generalizada (veja o [mapa](#) de adesão das universidades).

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a mudança permite que o candidato a uma vaga no ensino superior concorra a cinco cursos ou instituições, mas apenas nas universidades que adotarem o Enem como única forma de ingresso. Em um sistema on-line, as universidades que fizerem a adesão terão de informar o número de vagas disponíveis e o peso que cada uma das áreas do conhecimento terá na nota final do aluno, de acordo com o curso que ele escolher.

Para o professor Remi Castioni, da Universidade de Brasília (UnB), o uso do Enem como avaliação única para o acesso às universidades pode prejudicar o perfil educacional das instituições. “Eu não recomendaria, por exemplo, a Unicamp abandonar o seu vestibular para substituí-lo pelo novo Enem. Os vestibulares da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) são provas discursivas. Aliás, acho que esse tipo de seleção é o que aproxima a universidade da escola de ensino médio. O novo Enem aproxima os cursinhos do ensino médio”, opina. Além disso, Castioni considera que o novo Enem foi feito para resolver vários problemas que são de competência do MEC. “Como, por exemplo, fazer o acesso dos egressos do ensino médio às ofertas de vagas que os institutos federais (ex-Cefet's – Centros Federais de Educação Tecnológica) estão abrindo”, completa.

Além do sistema de seleção unificado, a reformulação do exame traz novidades na estrutura da avaliação, que é baseada na metodologia da teoria da resposta ao item. De acordo com o Inep, isso garante a comparabilidade das notas entre diferentes edições, a partir da calibração do grau de dificuldade das questões. Na nova versão, as questões da prova do Enem serão distribuídas em graus diferenciados de complexidade. Assim, no cálculo final da nota em cada área, as questões mais difíceis valerão mais que as questões menos complexas. Castioni considera que a proposta é construída para proporcionar medidas de comparabilidade, a fim de elaborar um modelo racional baseado na teoria de resposta ao item, para poder construir modelos hierárquicos e subsidiar trabalhos acadêmicos.

Apesar de continuar priorizando o conteúdo interdisciplinar, a valorizar as habilidades e incentivar o raciocínio dos estudantes, o novo Enem se diferencia das edições anteriores pela aplicação de um conjunto de conteúdos formais mais diretamente relacionado ao que é ministrado no ensino médio. Mas, apesar da semelhança metodológica, a proposta atual não inclui questões de língua estrangeira – determinação que será revista para os próximos exames. Em relação à sua extensão, também há transformações: no lugar de 63 questões e uma redação num único dia de prova, serão 200 questões e uma redação aplicadas em dois dias consecutivos. Além disso, o Inep pretende aplicar o Enem duas vezes ao ano, uma em outubro e a outra entre março e abril.

O outro lado do Enem

Nas escolas, a maior preocupação de alunos e professores é com a sobrecarga de conteúdo a ser estudado. Na opinião de Antônio Carlos do Valle, coordenador e diretor pedagógico do Objetivo de Campinas (SP), “o Enem quer saber se o aluno se apropriou ou não do conhecimento. Ele busca solução para os problemas, soluções que transcendem o ensino médio”. Para garantir a assimilação do conteúdo, as aulas extras foram

dobradas e, antes da prova, os alunos passarão por simulados semelhantes ao novo Enem. Para o próximo ano, afirma Valle, todo material disponível na rede de ensino já estará totalmente adequado aos moldes do exame.



Turma do 3º ano de uma das unidades do Objetivo Campinas (SP), atenta para não perder nenhum conteúdo. Fotos: Maria Clara Rabelo

Renato Pedrosa, coordenador da Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp (Comvest), considera que mais importante do que a mudança na grade curricular das escolas, o que deve ser priorizada é a qualidade do processo seletivo – assunto de área técnica. “Acredito que, frente a uma parte dos vestibulares que existem, o Enem pode representar uma melhora do processo seletivo, tornando-se uma boa influência. Agora, com relação ao efeito sobre o ensino médio, só o tempo dirá”, afirma.

Ao avaliar o novo Enem, Castioni, da UnB, reconhece a validade da proposta, mas ressalta que “o ensino médio não mudou”. Para ele, a proposta baseada no Parecer 15/1998, do Conselho Nacional de Educação, o qual prevê mudanças no ensino médio, não foi implementada. Castioni conclui que as diretrizes curriculares não chegaram às salas de aula, apesar de serem muito bem elaboradas. Por isso, ele considera que o exame não vem contribuindo para a melhoria da qualidade de ensino oferecida aos jovens, em seus dez anos de existência.

Opinião semelhante manifesta a professora Bertha Rei do Valle, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A interdisciplinaridade já estava entre as diretrizes de ensino formuladas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 1996. “Acho isso correto. A partir do ensino fundamental, já deveríamos trabalhar com a interdisciplinaridade. As escolas estão despreparadas e os alunos também, porque nós das universidades, ainda não trabalhamos com a formação interdisciplinar. Pode ser que o Enem promova isso”, observa. A professora afirma que nem mesmo a Uerj tem promovido essa mudança. “Na minha opinião, pode haver uma pressão a partir do próximo ano e o Conselho de Educação deve focar nisso”, acredita. A Uerj ainda não discutiu a adoção do Enem como forma de avaliação única.

Para Pedrosa, da Comvest, primeiramente, é necessário esperar os resultados do novo Enem para fazer mudanças – que poderão ser em várias direções. Ele esclarece que o conceito defendido pelo Ministério da Educação, que preza pela interdisciplinaridade, não é novidade no vestibular da Unicamp. “Precisamos ver como o Enem vai trabalhar com isso, se vai priorizar as grandes ciências ou acrescentar as mais distantes. Acho interessante buscar o ensino de forma integrada, para que a pessoa use a formação escolar para resolver problemas”, conclui.